Debates on-line: um novo espaço discursivo instaurado na web[1]

Gláucia da Silva Henge (PPG Letras - UFRGS)

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa textos publicados em um site de debates on-line (www.jornaldedebates.ig.com.br, editado pelo jornalista Paulo Markun) a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa. Trata-se de uma nova materialidade lingüística sobre a qual se realiza um estudo detido das relações de sentido estabelecidas entre autores e leitores, sujeitos do discurso, no espaço de um debate sobre a realização de um plebiscito acerca do aborto no Brasil. Busca-se aqui a desestabilização dos sentidos tomados como prontos, já dados (sua desnaturalização), além da percepção do funcionamento, neste corpus em específico, do discurso num espaço discursivo novo: a internet.

A metodologia empregada em Análise do Discurso implica na prática permanente do embate com o texto, como diz Lagazzi-Rodrigues (2005, pág.185) "o confronto com a materialidade discursiva só se faz possível com a formulação de um objetivo, a delimitação do corpus e a remissão às condições de produção". Os trabalhos com textos de internet têm sido bastante ricos, dada a necessidade de compreender o funcionamento dessas "novas" materialidades discursivas, assim, esta análise busca contribuir, de alguma forma, neste sentido, olhando para o formato sob a perspectiva problematizante da AD.

O emprego do dispositivo teórico analítico da AD é encarado como um trabalho do analista, cabendo a cada corpus uma análise singular, dadas as suas especificidades. Ainda sobre o procedimento em Análise do Discurso, Orlandi (2005, pág.77) vai descrevê-lo em etapas, na passagem de... para:

[1] O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq – Brasil.

Nesta análise ao deparar-me com cada artigo ou comentário, na posição de analista, procuro ter sempre a visão de texto como algo irremediavelmente tramado, envolvido, tecido com outros textos, assim como nos fala Orlandi (2001, pág.95):

> *(...) às margens do texto, textos fantasmas diluem as bordas da textualização, seus limites. Desse ponto de vista, um texto, imaginado, volta sempre, fazendo seu retorno em várias retomadas por um sujeito autor que trabalha diferentes formulações (versões) em uma história inacabada das diferentes textualizações possíveis.*

2. UMA NOVA MATERIALIDADE: DEBATE ON-LINE

O corpus aqui analisado é constituído por artigos publicados no site www.jornaldedebates.com, suas réplicas e comentários. Qualquer internauta pode publicar seu texto sobre qualquer tema proposto pelo site, uma vez cadastrado; assim como qualquer internauta pode publicar comentários ou réplicas a artigos já publicados.

Podemos iniciar nossa reflexão a partir de um aspecto característico do formato: a rapidez em que os textos são produzidos. Ao contrário de textos publicados em papel, que geralmente passam por várias releituras, revisões por parte de seus autores antes de chegarem a uma versão final, os textos publicados on-line são mais coloquiais, apresentando inclusive erros de digitação, ou ainda problemas gramaticais mais acentuados. Essa instantaneidade de produção pode influenciar nos efeitos de sentido estabelecidos nos efeitos-texto que aqui tomamos por artigo/réplica ou comentário. Menos "cautelosos", os sujeitos-autores deixam de infringir ao texto uma maior homogeneidade dos discursos que o compõe, assim, a "pouca" força deste trabalho da ideologia facilita a identificação da heterogeneidade constitutiva, as marcas das formações discursivas também são bastante "visíveis", assim como a atualização de já-ditos.

O site publicara, no mês de abril de 2007, como proposta para debate a seguinte pergunta *"Plebiscito: o aborto deve ser legalizado?"*, que remete a diversos pronunciamentos do atual ministro da saúde no Brasil, José Gomes Temporão, nos quais intenciona a realização de um plebiscito nacional para votação da descriminalização do aborto em caso sentimental. Atualmente a legislação brasileira garante direito ao aborto apenas em caso de gravidez resultante de estupro ou em caso de comprometimento da vida da gestante. Os argumentos do ministro, que se coloca na posição de sanitarista, são de que milhares de mulheres são internadas ou até morrem devido a abortos realizados em condições precárias, acarretando, assim, gastos ao sistema único de saúde.

A partir da pergunta motivadora do debate, nos textos analisados, nos deparamos com duas problemáticas que instauram os discursos ao exigirem posicionamento: a primeira é ser contra ou a favor do plebiscito; a segunda é ser contra ou a favor do aborto.

Como podemos notar, as condições de produção desses discursos são determinantes no estabelecimento dos sentidos e da interpretação dos textos. De início, podemos situar historicamente o que é plebiscito e qual a dimensão de um evento como este na conjuntura social brasileira, que no caso é a Formação Social de que tratamos aqui. Ao longo do regime democrático no Brasil, durante todo o século XX, foram realizados dois plebiscitos, um em 1963 e outro em 1993, ambos para consultar a população sobre a mudança de regime (sobre a manutenção ou não do parlamentarismo no primeiro; e sobre a forma de governo: república ou monarquia constitucional e o sistema de governo: parlamentarista ou presidencialista, no segundo).

Houve ainda um referendo sobre a proibição da compra e porte de armas de fogo por civis. Logo, um plebiscito, na história do país, é um evento raro dadas as dimensões da decisão popular, e dado o elevado custo aos cofres públicos para sua realização. Eventualmente políticos levantam a hipótese de realização de plebiscitos, mas, como vimos, para que estes venham a ocorrer, é preciso que uma série de fatores (e vontades) os determinem. É nessa formação social, desta conjuntura socioeconômica brasileira, em que situamos os efeitos-textos que aqui tomamos para análise.

3. UM ARTIGO, UMA RÉPLICA E COMENTÁRIOS

Nosso primeiro texto analisado é o artigo *Um plebiscito necessário*[2], publicado por Ives Gandra da Silva Martins, doutor em Direito. Já no título do artigo vemos a tomada de posição do sujeito-autor em aliança com a proposta de um plebiscito: ele é *necessário*. Ao longo do texto vamos encontrando indícios que nos levam a determinar a formação discursiva[3] na qual este indivíduo, interpelado em sujeito, inscreve-se e produz seu discurso, como em (todos os grifos são meus)

Sd1

"Entendo, todavia, que num Estado Democrático de Direito – e a expressão 'democrático' demonstra que não é apenas um Estado com regras jurídicas, mas de real participação popular -, *somente, mediante um plebiscito, o povo poderá decidir* se é favorável ao aborto de qualquer espécie (...)"

Sd 2

[2] Para os textos na íntegra, ver *site* www.jornaldedebates.ig.com.br.

[3] Formação discursiva é o que determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, conforme Pêcheux e Fuchs (1997, pág.166).

"A Constituição Brasileira prevê que a *participação popular se dá não só pelo voto direto*, mas pela iniciativa popular, referendo e plesbicito"

Sd 3
"os direitos brasileiro e internacional declaram que 'a vida começa na concepção', lembrando dois textos: O Pacto de São José, *tratado que todos os países da América assinaram* (...) E o *código Civil Brasileiro, elaborado por ilustres juristas pátrios* (...)"

Ao longo do texto poderíamos extrair ainda outras indicações, mas estas já nos permitem vislumbrar a formação discursiva da qual o sujeito-autor fala: a FD Jurídica. Desta FD, o sujeito na função de sujeito-autor vai atribuir sentido a plebiscito em total aliança com a forma-sujeito[4] desta FD, na qual circulam saberes como os de que a democracia deve reger as ações do país, a opinião e o voto populares são soberanos, o Estado de Direito é a melhor disposição de coisas no mundo, o voto é meio pelo qual o povo exerce o poder que lhe cabe, as leis devem corresponder à vontade do povo etc.

Assim, ao longo do texto, estabelecendo relações textuais com outros textos (Código Civil, Constituição Brasileira etc.) e relações interdiscursivas com outros discursos (que se vinculam à democracia) o sujeito-autor costura os fragmentos discursivos que trouxe – via memória discursiva – do interdiscurso[5], produzindo materialidades como vimos nas Sd's 1 a 3. Ao mesmo tempo, por inscrever-se na FD Jurídica, o sujeito-autor renega outros ditos, deixando de fora não-ditos como a ineficiência das leis no país, a existência (comprovada) de desrespeitos a estas leis, a pouca participação (de fato) do povo no regime democrático em que está inserido... etc. Estas não-ditos são interditados, proibidos pelo domínio da FD em questão.

De dentro desta FD Jurídica, este sujeito, que ocupa uma posição-sujeito de "bom sujeito", vai tomar posição quanto a um saber específico: o aborto. Vejamos as seqüências discursivas abaixo:

Sd 4
"Parece-me que a expressiva maioria da população é contra as teses dos que sustentam ser 'direito' *transformar ser humano em 'lixo hospitalar humano' pelo aborto*, ou reabilitar as experiências de manipulação genética realizadas nos campos de concentração, *como os prisioneiros do povo judeu, sob Adolf Hitler*."

Sd 6
"Seria *ridículo* que o legislador brasileiro declarasse que todos os direitos do nascituro estão assegurados, *menos o direito à vida*!!!
Como se percebe, a questão é saber *se o povo brasileiro deseja abraçar a tese dos produtores de lixo hospitalar humano*, favoráveis ao aborto ou a manipulação de embriões, ou a que valoriza o respeito à vida desde a concepção.

[4] Forma-sujeito é a forma histórica que organiza os saberes dentro de uma formação discursiva.
[5] Interdiscurso é o todo complexo com dominante das formações discursivas, conforme Pêcheux (1995, pág.162)

A forma como o sujeito-autor articula os argumentos de que a vida começa na concepção, portanto não pode ser interrompida pelo aborto, além do modo a como ele se refere aqueles que se encontram em uma posição de antagonismo à sua (como "produtores de lixo hospitalar humano"), definem a sua posição-sujeito contra o aborto. Interessante é notar o silenciamento de ditos que evidenciam a contradição e a heterogeneidade constitutivas do sujeito do discurso. Dentro da FD Jurídica (na qual a lei é a suprema regulação das relações sociais) este sujeito está em acordo com estes saberes, mas defende que a vida não seja interrompida (desde a concepção). A legislação brasileira, porém, prevê a interrupção da vida (desde a concepção) em determinados casos. Como lidar com esta contradição? Silenciando-a. Assim, o sujeito-autor não resgata na memória do discurso jurídico esses discursos que remetem aos ditos desta mesma FD que permitem a realização do aborto.

Passemos agora à réplica publicada para este artigo, e o fazemos para analisar como se dá o efeito de sentidos entre estes dois sujeitos: o sujeito-autor e o sujeito-leitor que se coloca na posição de autor para refutar, criticar sentidos que se estabeleceram no processo de leitura, que é uma relação intersubjetiva na e pela língua.

A réplica é uma oportunidade dada ao leitor para se opor ao autor do artigo, manifestando seus argumentos. A relação é, ou deveria ser, bastante próxima entre um conjunto de discursos (texto-artigo) e outro conjunto de discursos (texto-réplica), estabelecendo um "diálogo" discursivo entre os interlocutores.

Do ponto de vista discursivo, podemos inferir que a réplica é a materialização na língua de uma relação de discordância ou oposição entre o sujeito-autor e o sujeito-leitor. Esta relação pode se dar por estarem os interlocutores identificados com formações discursivas diferentes ou em posições-sujeito diferentes dentro de uma mesma FD. Isto pode ocorrer, portanto, conforme o modo de destruturação do efeito-texto por parte do sujeito-leitor no processo da leitura, à medida que ele vai se deparando com a superfície lingüística e estabelecendo sentidos possíveis, interpretando. Essa divergência/oposição/discordância vai se dar na forma como cada um envolve, pelas formações ideológicas e discursivas, os elementos do interdiscurso. Este, como um espaço anterior e constituinte de todo e qualquer dito, vai configurar-se pela memória de modos diferentes dentro de cada FD ou dentro de cada posição-sujeito dentro de uma FD. Assim, a historicidade de cada termo do efeito-texto pode determinar outro sentido, que não o estabelecido pelo sujeito-autor.

O título da réplica é *É preciso debater tudo, até o cinismo religioso.* Ele estabelece uma relação direta com o título do artigo *Um plebiscito necessário* a partir das relações parafrásticas entre plebiscito e a realização de debates para o mesmo e entre *necessário* e

preciso, que mantém o mesmo caráter de requisito básico, urgência, determinância. Porém, há um acréscimo após a vírgula e a conjunção *até* intensifica a amplitude do debate, incluindo o cinismo que o sujeito-leitor-autor identifica haver na religião.

Nas seqüencias discursivas abaixo podemos estabelecer matrizes de sentido que nos permitem identificar a FD a qual se vincula o sujeito-leitor-autor:

Sd 7
"A *legislação brasileira* considera o aborto crime quer seja praticado com ou sem o consentimento da gestante (art.125 e 126 do *Código Penal*). Entretanto, *a interrupção* da gestação que cause risco para o gestante ou resulte de estupro *não é criminosa* (art.128 do mesmo *Código Penal*)."

Sd 8
"Confesso que não tenho uma opinião formada sobre o assunto. Ainda não defini se sou contra ou a favor do aborto. Sou favorável ao debate, a *construção de uma decisão democrática* sobre o assunto. Por isso defendo o plebiscito."

Sd 9
"*A lei já admite o aborto* em algumas hipóteses. Portanto, o aborto não é um mal em si mesmo. Mas certamente não pode ser considerado um bem. Mesmo que realizado com sucesso pode deixar seqüelas nas mulheres. Destarte, não podemos considerar um bem o fato de que muitas mulheres realizam abortos em condições inadequadas e com risco de vida."

Aqui já podemos identificar que o sujeito-leitor-autor busca discutir a primeira problemática (a proposta de um plebiscito) e evidencia sua identificação com a FD Jurídica (de um Estado Democrático de Direito). Assim, encontra nas leis, na legislação, o meio de construir decisões com democracia. Se compararmos com as Sd's do artigo constatamos que ambos, sujeito-autor e sujeito-leitor-autor, estão inscritos na mesma formação discursiva. Logo, os sentidos que atribuem a plebiscito e a sua necessidade são construídos pelos saberes historicizados acerca das saídas legais para as decisões e regulamentações de uma sociedade, pelo viés de um Estado de Direito.

Mas se ambos encontram-se na mesma FD, em que nível então vai se dar a oposição que instigou a produção da réplica? Somos levados a deduzir que essa discordância se dá dentro da FD entre as posições-sujeito e as suas relações com a forma-sujeito. Analisemos as seguintes Sd's:

Sd 10
"O *Código Penal* foi promulgado na década de 1940. O Brasil não é mais o mesmo. (...)Na verdade o aborto se tornou uma prática tão corriqueira que a *proibição acabou caindo em desuso.*
Apesar de socialmente ignorada, *a proibição do abordo ainda existe*. O risco de ser processado e condenado por ter cometido o crime também."

A FD Jurídica tem uma forma-sujeito que determina os saberes acerca do peso da legalidade ou da ilegalidade, sendo esta segunda um estado de coisas que compromete o bom andamento das relações democráticas devendo ser combatida veementemente. O sujeito-leitor-autor se inscreve na FD Jurídica, mas, como podemos ver nas Sd's acima, se relaciona mal com a forma-sujeito. Ao passo que reconhece a democracia e a legalidade como verdades ideais, ele enuncia a ilegalidade como prática comum, existente e socialmente aceita (concebida). Há, portanto, uma contra-identificação do sujeito com a forma-sujeito. Ele não chega a opor-se radicalmente, mas questiona,aponta incoerências, diz o que não deveria dizer.

Quanto à segunda problemática (ser contra ou a favor do aborto), o sujeito-leitor-autor busca uma neutralidade, como podemos ver na Sd 8 onde diz não ter uma posição definida ainda sobre o tema. Porém, uma análise do que segue no texto, permite que a sua posição se sobressalte:

Sd 11
Os cristãos são contra o aborto. Defendem a santidade da vida. Mas parecem que não se preocupam muito com o fato de que o próprio cristianismo causou e ainda causa guerras de religiões em que morreram milhões de pessoas. O cinismo do argumento religioso é evidente.

Sd 12
Mesmo não sendo religioso, confesso que o tema do aborto me parece bastante espinhoso. Conheço uma mulher que fez um aborto e se arrependeu amargamente. (...) De qualquer maneira sua gravidez era indesejada. *Caso fosse obrigada a criar o filho certamente ambos sofreriam bastante.*

Sd 9
"*A* lei já admite o aborto em algumas hipóteses. Portanto, *o aborto não é um mal* em si mesmo. Mas certamente não pode ser considerado um bem. Mesmo que realizado com sucesso pode deixar seqüelas nas mulheres. Destarte, *não podemos considerar um bem o fato de que muitas mulheres realizam abortos em condições inadequadas* e com risco de vida."

Neste ponto, poderíamos dizer que se o sujeito diz que os cristãos são contra o aborto e ele não é religioso, logo, ele não é contra o aborto. Além disso, nas sd 12 e 9, a ordem dos elementos na argumentação evidencia que ele é favorável ao aborto, deixando como último (e mais forte) argumento conclusivo os dizeres que ratificam a prática do aborto. Pode-se notar a atuação do esquecimento número dois, no qual o sujeito acredita que o que diz é realmente o que quer dizer, sua neutralidade intencionada não se realiza na prática da produção do texto.

Aqui vislumbramos mais uma divergência entre os sujeitos (autor e leitor-autor) dentro da mesma FD de onde produzem seus recortes/colagens de fragmentos discursivos culminando em efeitos-textos: o primeiro é o "bom-sujeito" e ocupa uma posição-sujeito contra o aborto, já o segundo é o "mau-sujeito" e ocupa uma posição (veladamente) favorável

ao aborto. Esta oposição motivaria, pelos efeitos de sentidos instaurados entre os dois, a confecção da réplica ao artigo.

No artigo há apenas uma menção a religião, que se restringe a uma adjetivação em "*feministas não-católicas*". Todo o resto do texto vai articular noções jurídicas, legais e técnico-científicas para marcar a posição do autor em ser contra o aborto. Já na réplica, a questão religiosa vai estar incluída desde o título, ficando de lado no início do texto quando o sujeito-leitor-autor se esforça em identificar-se com a FD Jurídica de onde defende o plebiscito.

A réplica marca uma posição-sujeito e um modo de relação com a forma-sujeito adversos ao do artigo, mas, além disso, e talvez mais fortemente, ela marca uma posição-sujeito acerca da presença do discurso religioso no debate sobre o aborto. A réplica vai dar conta das formações imaginárias envolvidas na discussão, mais precisamente, na formação imaginária que o sujeito-leitor-autor constrói do cristianismo a partir da sua posição-sujeito. Na tentativa de descrever essa imagem dos cristãos é que emergem seqüências como:

Sd 11

Os cristãos são contra o aborto. Defendem a santidade da vida. Mas parecem que não se preocupam muito com o fato de que *o próprio cristianismo causou e ainda causa guerras de religiões em que morreram milhões de pessoas.* O cinismo do argumento religioso é evidente.

Sd 13

Neste exato momento *os cristãos que elegeram Bush apóiam a ocupação do Iraque.* Quase um milhão de iraquianos morreu desde que os americanos ocuparam o crescente fértil (inclusive crianças e *mulheres grávidas*). Curiosamente, muitos dos fervorosos cristãos que defendem a ocupação do Iraque a qualquer custo são contra o aborto. *Certamente porque preferem matar adultos e crianças a fetos.*

A formação discursiva não é homogênea, e podemos verificar isto nessa matriz parafrástica (os cristãos apóiam e causam mortes enquanto defendem a vida), uma vez que inscrito numa FD onde produz sentidos acerca de um plebiscito, o sujeito articula outras FD's (religiosa, geopolítica) trazendo pela memória discursiva elementos da história, discursivizados como acontecimento no interdiscurso.

A análise discursiva, por considerar as relações entre interdiscurso, memória e sujeito, permite que se compreenda não como um desvio do autor, uma falha num mau texto, o *cinismo religioso* de que o sujeito-leitor-autor faz menção em seu efeito-texto, uma vez que não está no texto primeiro (artigo) tal discussão. Tal discurso é a emersão de determinadas formações imaginárias que subjazem o tema polêmico. O que levou o sujeito-leitor-autor a "enxergar" nessa discussão uma questão de cinismo religioso, é uma questão altamente

discursiva: a AD vai situar essa relação não no nível lingüístico (até porque não há conexão textual de fato), mas sim no nível ideológico.

Composto não só por artigos e possíveis réplicas, o site, de onde se coletou os textos aqui analisados, disponibiliza a inserção de comentários identificados aos artigos e réplicas. Foucault[6] (2006, págs.25-26) vai definir como dever do comentário "dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito (...) dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado." Assim, os comentários são tomados aqui como efeito-textos, por relacionaram-se no nível do discurso, com os ditos que voltam constituindo-os, voltam do texto e do interdiscurso. Ao contrário do artigo ou da réplica que mantêm ainda um efeito homogeneizante maior de textualização, trabalho da ideologia na língua, os comentários são heterogêneos em sua constituição e em relação aos outros comentários.

Para o artigo *Um plebiscito necessário* foram postados seis comentários no total. Destes, dois retomam a problemática do plebiscito, questionando sua eficiência ou formatação (e buscam do interdiscurso outros discursos sobre a influência da rede globo na manipulação da opinião pública ou sobre a formulação da questão no referendo sobre as armas), dois retomam a problemática do aborto e se posicionam contra (em aliança/identificação com o sujeito-autor), um apenas elogia o autor e outro se posiciona contra o aborto.

Ao analisar os comentários, pode-se verificar que os dois que apóiam o autor contra o aborto, em suas superfícies lingüísticas há a cópia ou uso das exatas mesmas expressões do artigo. Os comentaristas realizam uma leitura parafrástica do artigo, mantendo-se na mesma posição-sujeito que o sujeito do discurso na função de autor.

C4

Todo ser humano tem *direito a vida*! Abaixo a legalização do aborto! Autor: Ana Carla Tinoco Garnica.

C6

É extremamente macabro, mas real no que muitas pessoas pensam em transformar um bebezinho indefeso: *lixo hospitalar humano*. Muito bem colocado, dr. Gandra Martins. Autor:José San Martin Caminã Neto.

Já o sujeito-comentarista favorável ao aborto vai produzir o seguinte efeito-texto:

C5

[6] Ainda que não seja tomado como referência dentro da perspectiva discursiva, Foucault foi determinante na constituição da AD como disciplina e esta sua noção de comentário parece ser pertinente.

Estes católicos radicais deveriam se juntar com os xiitas islâmicos, busch, legalistas demagogos que só criam leis para miseráveis, e praticarem o harakiri, ai sim serviriam melhor a humanidade, cada um que cuide da sua vida, e quem tiver tempo sobrando que vá ajudar *as crianças nos semáforos, abandonadas por todos que são contra o aborto*, pois preferem velas dormindo ao relento, com fome, doentes etc.., chama-los de *cínico* seria elogio! Autor: Denis dos Santos

Este comentário tem data e horário posteriores ao da publicação da réplica, porém, está postado como comentário ao artigo e não à réplica. Aproximando-o ao discurso na réplica podemos tomar "estes católicos radicais" como paráfrase de "fundamentalistas cristãos", e vemos aqui um deslize de sentidos: cristãos são retomados por católicos, especificação na qual um tipo de cristão é tomado como o todo. Essa atitude só se justifica ao considerarmos o papel da Igreja Católica no Brasil e no mundo nos últimos séculos, sua hegemonia e poder, desta forma, o deslize de sentidos entre os termos na língua se explica pela sua historicidade. O uso do termo *"cínico"* também é um indício de que seu comentário surja da leitura da réplica.

Uma outra possibilidade é a de que o sujeito-comentarista está tomando o sujeito-autor do artigo como um destes católicos, ou ainda o povo brasileiro como estes católicos. Aqui haveria uma leitura polissêmica do artigo, no qual o deslocamento da temática se dá da mesma forma que na réplica, num nível ideológico.

Passando aos comentários postados à réplica, nos deparamos com quatro, sendo que um fora descartado por se tratar do próprio autor reforçando seus argumentos[7], dos três restantes, todos se dão a partir de posições contrárias ao aborto, o que ratifica a análise anterior na qual fica evidente a posição favorável do leitor-autor ao aborto.

O primeiro comentarista fala em "fé esperança", mas não se vincula a religião, apenas pontua o "direito a vida". Já o segundo comentarista critica o autor da réplica considerando "superficial" e "preconceituoso" e recomenda que se informe mais acerca dos argumentos dos que são contra o aborto "inclusive os da Igreja".

O terceiro comentário, que vai implicar inclusive na retomada de palavra por parte do autor, é o seguinte:

C4

Fábio! O cristianismo tem em sua base O Amor por excelência; para alguém ser considerado cristão e honrar este nome dede assumir em sua *Quem é verdadeiramente cristão jamais concondaria com o aborto*; seria a favor da vida em todas as suas fases de nascituro até a idade adulta. Somos seres humanos desde a concepção e nunca o deixamos de ser. *Eu tenho certeza que nunca fui outra coisa em minha existência do que um ser humano.* Autor: Tatiana Abiala Pizzio.

[7] Reconhecidamente a interferência do autor como comentarista rebatendo outro comentarista é bastante interessante, mas demandaria certo deslocamento na análise ora feita aqui, que não parece significativo no momento.

Neste comentário vemos a produção de leitura de um sujeito identificado com outra formação discursiva, a FD cristã. O sujeito que produz a textualização em comentário, identifica-se plenamente com a forma-sujeito desta FD, reforça um saber deste domínio: o "amor entre os homens" e a "aversão ao aborto". Adiante, o sujeito-comentarista vai trazer um dito que fora veiculado no artigo primeiro pelo sujeito inscrito na FD Jurídica na posição-sujeito contrária ao aborto, assim como o sujeito do comentário. Podemos notar que, um texto sempre se relaciona com outros textos (próximos, como no caso artigo/comentário da réplica), e se relaciona com outros discursos. Assim, dois sujeitos diferentes, inscritos em formações discursivas distintas, vão ocupar posições-sujeitos muito parecidas em relação a um saber específico.

4. DEBATES NO NÍVEL IDEOLÓGICO

Acima antecipamos que as diferenças não estão no nível lingüístico, mas sim no nível ideológico. Vejamos. O artigo e a réplica foram produzidos por sujeitos inscritos na mesma formação discursiva, a FD Jurídica, um sujeito ocupou a posição contrária ao aborto, já o outro a posição favorável ao aborto. Uma outra formação discursiva permeou a réplica, a FD cristã, um dos comentaristas produziu seu texto inscrito nesta formação discursiva e manteve uma relação interdiscursiva com o sujeito inscrito na posição contrária ao aborto dentro da FD Jurídica. Essas relações entre posições-sujeitos distintas e entre FD's distintas impedem que se conclua estar nesta ou naquela afirmação (argumento textual ou discursivo) a materialidade a que correspondem os discursos.

As formações discursivas são determinadas pelas condições de produção dos discursos e estas, em certos conjuntos, vão compor formações ideológicas. Da imbricada relação entre as FD's analisadas, podemos inferir que o confronto não se dá apenas no nível das FD's, mas sim, no nível ideológico. Como vimos, a presença dos argumentos religiosos são a concretude dos deslizes, das falhas do sujeito e da língua e que permitem vislumbrar condições históricas e materiais de luta numa formação social. As problemáticas levantadas mostraram-se hierarquicamente elencadas: há maior unanimidade quanto ao plebiscito do que quanto ao aborto.

O maior confronto se dá, portanto, na consideração da vida, diretamente associada à religião. Parece haver, portanto, um embate entre formações ideológicas distintas entre si pela interferência ou não dos saberes da religião nas atividades do Estado democrático de Direito. Podemos ainda remontar a um debate travado há alguns anos sobre a presença ou não de

crucifixos em fóruns e juizados. Lembremo-nos dos juramentos em nome de Deus nos julgamentos... Etc.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aliança entre teoria e prática aponta para um panorama amplo de relação entre a língua, sujeito e história. O texto, tomado como objeto de análise, não se resume a mero aglomerado de frases bem compostas, tampouco seu sentido está dado nele mesmo. Há, invariavelmente, a determinação da sociedade e das ideologias vigentes numa formação social no estabelecimento dos sentidos de um texto.

Este é o trabalho do estudioso que toma a AD como "lente para enxergar o texto": desnaturalizar os sentidos tidos como prontos, percorrer o processo de formação dos discursos e desconstruir a noção de autor como ser onipotente sobre a língua e sobre a leitura. Assim, neste artigo, tivemos a oportunidade de perceber que o texto apresenta-se como um efeito-texto. O artigo on-line emerge como nova materialidade lingüístico-discursiva, e os sujeitos envolvidos exercem as funções de autor, leitor e leitor-autor num processo discursivo ininterrupto de produção de sentidos.

Ao valermo-nos do dispositivo teórico analítico da Análise do Discurso, tivemos a possibilidade de ir ao encontro ao que Castilho (2007) pontuava em ser artigo "de consumidores passivos, os leitores, ouvintes, espectadores e internautas estão ingressando na categoria de público ativo (...)", uma vez que, um conjunto de textos, como os aqui analisados, mostraram embates ideológicos muito pontuais em nossa atual sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

CASTILHO, Carlos. *Internet gera um novo leitor e novos desafios para o público.* In: <www.observatoriodaimprensa.com.br> Ano 11, no. 422. Acessado em 27/02/2007.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* São Paulo: Loyola, 2006.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana B. (orgs). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001. Págs.27-42.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. A prática do confronto com a materialidade discursiva: um desafio.In: GUIMARÃES, Eduardo; PAULA, Miriam Rose de (orgs.). In: *Sentido e Memória.* Campinas: Pontes, 2005. Págs.185-206.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos.* Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura.* São Paulo: Cortez, Campinas: Unicamp, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Texto.* Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise à obra de Michel Pêcheux.* Campinas: Unicamp, 1997. Págs.61-161.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.* Campinas: Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise à obra de Michel Pêcheux.* Campinas: Unicamp, 1997. Págs.163-252.